

De advogado ao presidente, narrativa machista do caso Neymar reforça estereótipos sobre a mulher

Relatos na mídia sobre a acusação de estupro tiveram protagonismo masculino e revelam “companheirismo perverso” para desqualificar a mulher que admite ter encontrado o jogador por sexo, apontam especialistas

(El País, 06/06/2019 - acesse no site de origem)

São de homens as principais vozes que têm contado os desdobramentos da [acusação de estupro contra o atacante Neymar](#) Júnior na imprensa brasileira. Da primeira declaração pública feita pelo pai do jogador sobre o caso em um programa de televisão até as mais recentes repercussões com autoridades do futebol e figuras públicas, se construiu uma narrativa predominantemente masculina e também cheia de machismos. Segundo especialistas mulheres, o caso —já marcado por estratégias em que tanto o jogador quanto a moça que o acusa chegam aos limites de suas liberdades individuais ao expor o outro para defender a própria honra— foi levado pelos próprios protagonistas a um “tribunal das redes sociais”. E, independentemente do que apontem as investigações oficiais no futuro, a forma como o caso foi tratado por diferentes setores da sociedade e pelo casal envolvido já vem gerando outras violências e reforçando estereótipos de gênero ainda latentes no Brasil [pós-primavera feminista](#).

Nos últimos dias, o caso concentrou uma [enxurrada de declarações públicas](#), a maioria delas reforçando uma cultura machista na qual a mulher que denuncia uma agressão tende a ter sua credibilidade questionada automaticamente, antes de qualquer investigação. O primeiro posicionamento oficial sobre a denúncia ficou a cargo do pai do jogador, Neymar Santos, e ocorreu no último sábado, mesmo dia em que a imprensa começou a noticiar a denúncia contra o atacante do PSG. Em entrevista veiculada na televisão, ele disse que o filho teria sido alvo de uma armadilha. Neymar pai negou o estupro e afirmou que a mulher vinha tentando extorquir-lo para não registrar o boletim de ocorrência. Recebeu apoio de José Luiz Datena, jornalista que o entrevistava e que [já havia sido acusado de assédio sexual por uma colega de trabalho](#). “É difícil você segurar a menina dentro de casa”, declarou o jornalista, pouco antes de divulgar ao vivo o nome da mulher que havia denunciado o jogador de futebol. A identidade dela até então havia sido preservada pelas autoridades policiais.

Leia mais: [OAB critica ex-advogado da mulher que acusou Neymar de estupro \(Catraca Livre, 04/06/2019\)](#)

Dois dias depois, declarações do ex-advogado da mulher colocaram mais lenha na fogueira: José Edgar Bueno disse que a primeira versão dela foi de que teria havido agressão durante o sexo e não estupro. O presidente da [Confederação Brasileira de Futebol](#), Rogério Caboclo, também se manifestou sobre o assunto. Com um sorriso no rosto, garantiu que Neymar seria mantido na Copa América após o escândalo e, sorrindo, falou em “manter a naturalidade”, além de evitar que “notícias de fora prejudiquem o ambiente da Granja Comary”. Na noite desta quarta-feira, foi a vez do presidente [Jair Bolsonaro](#) entrar na narrativa. Em uma

entrevista que concedeu no interior de Goiás, prestou solidariedade a Neymar pelas acusações e disse acreditar na inocência dele. “É um garoto. Está num momento difícil, mas acredito nele”, afirmou.

“Uma série de profissionais tanto da imprensa quanto do futebol nesse momento se manifestam com um companheirismo [a Neymar] que é perverso”, analisa Amanda Kamanchek, editora da ONG feminista Think Olga. Ela diz que este “reforço dos homens” é comum nas repercussões de casos de [violência de gênero](#). “Independentemente das pessoas saberem o que de fato aconteceu porque só os dois envolvidos estavam naquele momento, já saem em defesa [do acusado] e reforçam o que a gente chama de *brodagem* entre homens”, afirma. Esses posicionamentos, considera, ressaltam a relação desigual em diferentes esferas de poder, na qual os homens se colocam como superiores. E, independentemente do que possam concluir as investigações da esfera judicial no futuro, podem gerar novas situações de violência contra a mulher que denuncia uma agressão.

“Ela teve o nome divulgado e pode receber ameaças. Também já tem um monte de gente tirando conclusões sobre a imagem dela. É extremamente irresponsável [a cobertura da mídia neste caso], porque cria outras violências a uma vítima que já está fragilizada”, declara Kamanchek. A exposição do caso tanto na imprensa quanto nas redes sociais respingou também na rotina do filho da mulher que fez a denúncia. A criança teria deixado de frequentar a escola por conta da repercussão do caso, conforme contou o pai dela à imprensa na última terça-feira.

Denúncias como a que agora envolvem Neymar [não são raras no futebol](#) e, quanto retornam aos holofotes, costumam retomar o debate sobre o machismo em um espaço muito masculinizado. “A opinião toda em torno do caso traz uma imagem geral como se, sempre que houver uma jovem atrás de uma celebridade, ela está disponível e disposta a assumir qualquer consequência. Não é assim. Temos que entender que ninguém está acima da lei”, afirma a advogada Patrícia Peck. Ela diz que a superexposição tanto da mulher que faz a acusação quanto do jogador denunciado pode prejudicá-los no andamento das investigações e de um eventual processo que aconteçam na esfera adequada para isso, que é a Justiça. “Aparecem contradições e há exposição de indícios que deveriam ser apresentados só depois porque causam interpretações prévias, e a opinião pública já vai gerando um juízo de valor”, explica.

A advogada se refere à [estratégia usada pelo casal](#) envolvido no caso para defender o próprio ponto de vista. Sob o argumento de provar a sua inocência diante de uma acusação grave como a de estupro, Neymar usou suas redes sociais e expôs a milhões de seguidores as conversas íntimas que trocou com a mulher, incluindo as imagens de corpo que ela havia compartilhado com ele por Whatsapp. O jogador também fez questão de frisar no vídeo que publicou na Internet que ambos haviam trocado mensagens no dia seguinte ao suposto estupro (que ele garante ter sido sexo consensual). A divulgação desse conteúdo acabou gerando uma nova investigação contra o atacante com base na recente [lei 13.718](#), aprovada no ano passado, que estabelece como crime a divulgação de foto, vídeo de nudez ou cena de sexo sem o consentimento da pessoa. Em contrapartida, a mulher que acusa o jogador anunciou dispor de imagens feitas sem autorização de Neymar que provaria sua versão dos fatos.

“Como a gente vive em uma era de muita exposição, as partes se veem reféns e acham que, se não expuserem todos os dados que possuem, serão condenadas no tribunal da Internet”, diz a advogada Patrícia Peck. Para Amanda Kamanchek, a estratégia da exposição é condenável e pode trazer graves consequências a vítimas de violência de gênero, como depressão, abandono

do trabalho e até suicídio. “Acaba colocando os dois, mas principalmente a mulher, em situação de exposição e outras violências. E nisso a questão social e o machismo se manifestam. Essas divulgações massivas tendem a colocar a mulher como objeto e desqualificá-las”, afirma. Nesse contexto, aponta, mesmo a desigualdade entre homens e mulheres em relação à expressão do desejo sexual é colocada em evidência. Ou seja, o próprio fato de a mulher manifestar ter tido vontade de se relacionar sexualmente com o homem é visto como algo negativo. Algo que não acontece com o homem. “Isso é extremamente desumanizador. Independentemente do que se conclua sobre o caso, a narrativa pesa muito mais contra a mulher. Acaba que as narrativas dela e dele não têm o mesmo poder que teriam no tribunal”, diz.

Casos como este põem em evidência como o machismo muitas vezes é reforçado no mundo do futebol. Desde cedo, jogadores são formados sob uma cultura que prega a virilidade como marca de um craque. A psicóloga e coach esportiva Laís Yuri, que trabalha há 11 anos em clubes de futebol, diz que os jogadores estão desde as categorias de base imersos em um ambiente onde tanto é comum os atletas se aproveitarem do status de jogador para começar relacionamentos quanto mulheres que buscam uma atenção social e financeira viabilizada pelo glamour em torno do esporte. Ela diz que há psicólogos nos clubes que tentam trabalhar essa questão tanto com uma orientação individual quanto com palestras. “O clube de futebol é um ambiente extremamente masculino, mas não é o único ambiente machista. Entendendo isso, trabalhamos dentro dos clubes por uma postura nova em relação à mulher, para que ela não seja tratada como objeto”, explica.

Beatriz Jucá

Famíliares são os principais agressores em casos de violência sexual no Brasil

Em apenas 16% dos casos pesquisados, os agressores são desconhecidos das vítimas, aponta estudo.

(Portal O Dia, 23/05/2019 - acesse no site de origem)

Famíliares e pessoas próximas às vítimas são os principais agressores em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. É o que aponta um levantamento realizado pela Ferba/Giusti para a Childhood Brasil, com base em reportagens veiculadas pela imprensa sobre o tema ao longo de 2018. Em 37% dos casos divulgados, os agressores eram padrastos, pais, mães, avós e outros parentes.

Apenas 16% dos acusados de violência sexual contra crianças e adolescentes são desconhecidos das vítimas. O estudo foi elaborado para destacar no Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, comemorado em 18 de Maio, a importância de estatísticas e estudos sobre o tema.

O levantamento analisou 933 reportagens veiculadas no online e impressos, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2018, sendo descartadas as que tratavam do mesmo caso. A amostra inclui casos em averiguação pelas autoridades ou denúncias, não se podendo afirmar que foram efetivamente praticados pela pessoa indicada.

O estudo aponta que as meninas são as principais vítimas de violência sexual (76%) dos casos. Já os principais locais apontados como cenário do abuso são, pela ordem: casa da vítima (38%), casa do agressor (18%), não definido na reportagem (19%) e local público (14%). Outros locais citados pela imprensa foram escola, internet, trabalho, igreja, hospital e motel.

A região que concentra o maior número de casos é o Sudeste (27%), seguido por Nordeste e Centro-Oeste (21%), Norte (17%) e Sul (14%). Os cinco estados com maior incidência de notícias relatando abusos sexuais são: São Paulo (117 reportagens sobre abuso), Minas Gerais (69), Mato Grosso do Sul (74), Mato Grosso (71) e Paraná (67).

Importante lembrar que o Brasil trabalha hoje com dados descentralizados entre saúde, judiciário, segurança pública e conselhos tutelares, entre outros, sendo a principal ferramenta as estatísticas do Disque 100, canal de denúncias oficial do governo federal para qualquer violação de direitos humanos.

[7 frases para não dizer a vítimas de estupro -e como substituí-las](#)

Não bastasse a alta incidência de casos de estupro e violência sexual, muitas vítimas também escutam frases ofensivas que, de certa forma, menosprezam o trauma pelo qual passaram. A *Universa* lista sete frases que nunca devem ser ditas às vítimas de violência sexual, e como elas podem ser substituídas:

[\(Universa, 07/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)

“Mas o que você estava fazendo na rua a essa hora e com essa roupa?”

Por que é ruim: Considerando que a maioria dos estupros acontece dentro de casa, culpar uma mulher por ter sido estuprada à noite, quando estava na rua, e com determinada roupa nem tem relação com os casos mais frequentes -e mesmo que tivesse. O culpado não é o horário, a roupa ou a situação em que a mulher foi violentada, mas o estupro que cometeu o crime. Quando alguém te conta que sofreu um estupro, o mais importante é saber o máximo de informações possível sobre o criminoso, não sobre o que a vítima estava fazendo ou vestindo.

Você pode substituir por: “Não é possível que a gente não tenha segurança para andar nas ruas. Você não atraiu o estupro por causa do local onde estava ou por suas roupas”.

“Você tem certeza de que foi estupro mesmo?”

Por que é ruim: É como se você estivesse duvidando da capacidade da mulher de diferenciar

violência sexual de sexo consensual. Dizer isso a uma vítima faz com que ela se sinta culpada pelo que aconteceu com ela.

Você pode substituir por: “A culpa não foi sua, estou aqui para ouvir você”.

“Mas ele era seu namorado/marido, não era?”

Por que é ruim: Não é porque existe uma relação afetiva entre a mulher e o abusador que todo ato sexual entre eles é necessariamente consensual. O nome disso é estupro marital, e é crime.

Você pode substituir por: “Você não está sozinha; se quiser posso acompanhar você até a delegacia para prestar queixa”.

“Deus só coloca sobre você o peso que você é capaz de carregar”

Por que é ruim: Insinuar que uma mulher foi violentada como “provação divina” não só menospreza o estupro sofrido, mas dá a impressão de que isso pode ser algo normal para algumas mulheres e que elas conseguem passar pelo trauma “naturalmente” –o que não é verdade.

Você pode substituir por: “Ninguém merece passar por isso e você não precisa suportar o peso desse trauma sozinha”.

“Melhor não dizer nada, ninguém vai acreditar mesmo”

Por que é ruim: A frase desencoraja as vítimas a denunciarem e faz com que elas percam forças para fazer algo a respeito, o que causa subnotificação do crime: estima-se que só 10% dos estupros sejam efetivamente denunciados.

Você pode substituir por: “Se precisar de ajuda com a denúncia, eu posso procurar como fazê-la e acompanhar você”.

“Mas você tinha bebido muito. Será que não foi consensual?”

Por que é ruim: O álcool mexe com nossa percepção de consentimento e a capacidade de engatar uma relação sexual e dizer “sim” ou “não”, fica comprometida. De acordo com o Código Penal brasileiro, é considerado estupro de vulnerável realizar atos sexuais com “alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência”.

Você pode substituir por: “Quem bebe não tem como consentir plenamente. Ele se aproveitou do seu estado e o errado é ele”.

“Agora, você é mais forte por causa disso”

Por que é ruim: Nenhuma pessoa precisa passar por uma violência sexual para se tornar mais forte. A frase romantiza o estupro e ignora que este é um crime que pode traumatizar a vítima e trazer consequências graves por muitos anos, mesmo com tratamento.

Você pode substituir por: “Você tem todo o direito de sofrer pelo que aconteceu, foi uma violência muito grande e não é fácil superar. Como posso ajudar você?”.

Cobertura de estupro ainda reforça cultura da violência no Brasil, aponta estudo

Encontro promovido pelo Instituto Patrícia Galvão discutiu o papel da mídia no enfrentamento à violência sexual

(OCP News, 24/04/2018 - acesse no site de origem)

A partir de uma amostra de 854 reportagens sobre estupro veiculadas pela imprensa nas cinco regiões do País, o Instituto Patrícia Galvão - Mídia e Direitos constatou que o tema ainda é pouco contextualizado e crítico. Além disso, algumas formas de abordagem do assunto provocam revitimização das mulheres. A mostra faz parte do monitoramento de quase três mil matérias que abordaram o feminicídio e a violência sexual entre outubro de 2015 e março de 2016.

A pesquisa foi divulgada pela instituição, que é responsável pela produção de conteúdo e estatísticas sobre os direitos das mulheres, durante o encontro “Diálogos com Jornalistas sobre Violência Sexual contra Mulheres”, que reuniu profissionais da imprensa e especialistas da área na segunda-feira (23), em São Paulo.

Em 97,70% das matérias analisadas, não foi possível identificar a cor ou a raça da mulher que sofreu violência e, em 81% delas, não constava a idade da vítima. Boa parte das matérias também não identificou quando (57%) e onde (31%) a violência ocorreu.

A pesquisa identificou que mais da metade das reportagens não fez menção a serviços de assistência. Os especialistas dos mesmos serviços, tanto de assistência quanto de saúde, quase não apareceram como fonte, uma vez que o tema é debatido apenas na esfera da segurança pública. Mesmo na cobertura policial, 95% das reportagens não citaram a legislação que poderia ser empregada em cada um dos crimes.

Para iniciar o debate, a promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Silvia Chakian, destacou que a violência sexual é uma das formas mais devastadoras da violência de gênero, pois, além das consequências físicas como a gravidez indesejada e as doenças sexualmente transmissíveis, a vítima pode sofrer uma série de transtornos mentais como depressão, dificuldades com a própria sexualidade e inclinação ao suicídio.

Silvia lembrou da pesquisa divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2016, cujo resultado denunciou que uma mulher é estuprada a cada 11 minutos no Brasil.

“Estamos falando de um fenômeno sociocultural que assim como o feminicídio encontra explicações nas suas raízes históricas da desigualdades entre homens e mulheres e sempre acabou contando com a omissão do Estado, da Justiça e da própria sociedade”, disse a promotora.

Diante deste cenário social, em que a cultura do estupro é naturalizada e as mulheres são culpabilizadas pela violência que sofrem, é que as especialistas no tema procuram sensibilizar os jornalistas para que as coberturas não sejam meramente superficiais e sensacionalistas, mas que aprofundem o debate e evitem expor as vítimas ao julgamento já imposto pela sociedade.

“Quando a cobertura se aproxima do sensacionalismo, desrespeita a mulher na sua condição humana e expõe a sua imagem de forma desnecessária. Em contrapartida, (a cobertura) pode oferecer uma grande contribuição quando uma boa prática é divulgada”.

Quando o debate sobre a violência sexual é bem explorado pelos veículos de comunicação pode funcionar como serviço para mulheres espectadoras ou leitoras que, muitas vezes, não se reconhecem como vítimas, já que a violência também ocorre dentro de casa. Segundo as especialistas, os parceiros, pais e padastros (no caso das crianças) são maioria entre os abusadores.

Embora as profissionais do direito reforcem a importância de levar a denúncia adiante nas esferas judiciais, para que o agressor seja responsabilizado criminalmente e seja impedido de fazer novas vítimas, a médica docente da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), Ana Flávia D’Oliveira, lembra que o sistema de saúde pública está aí para prestar atendimento independente do registro policial.

Pela lei, reforça a especialista, o SUS deve oferecer os medicamentos que previnem doenças sexualmente transmissíveis e o aborto legal para mulheres vítimas de estupro, mesmo sem o boletim de ocorrência.

“As mulheres não vão ao hospital por vários motivos: medo da violência institucional, vergonha, e porque acreditam que precisa fazer o boletim para ser cuidada na saúde, e, na verdade, não precisa. É importante divulgar esse direito”, ressaltou Ana Flávia.

A profissional de saúde reforçou ainda que a liberdade sexual da mulher precisa ser evidenciada na cobertura jornalística para contribuir com o enfrentamento à cultura da violência sexual.

“É importante lembrar que as mulheres são sujeitos, podem escolher quem elas querem que toque nelas e quem elas não querem. Parece óbvio, mas não é. Elas podem dizer duas coisas: sim e não. Na cobertura, como leitora, vejo a mulher como sujeito indefinido. É sempre o cara que fez com ela, ou determinado sujeito, mas o fato de ela mesma ter o direito de dizer que não, aparece pouco”, criticou a médica.

A assistente social e representante da ONG Crioula do Rio de Janeiro, Lúcia Xavier, apontou que o estigma sofrido pelas mulheres negras é ainda mais cruel. Na avaliação da especialista, a maioria das negras vive em condição de exclusão social, o que faz com que toda a sua experiência de vida esteja marcada pela violência.

“As instituições públicas ou de justiça que deveriam ser espaços “protetores dos cidadãos e cidadãs”, também são lugares de violência. Não existe espaço bom o bastante para a experiência de ser negra nesse País. Essas experiências de violência só aprofundarão aquilo que já é uma condição para essas mulheres”.

O evento também contou com a contribuição da defensora pública do Estado de São Paulo, Ana

Rita Prata; a juíza titular da 2ª Vara Criminal de Santo André, Teresa Cristina Cabral; a delegada da 2ª Delegacia de Defesa da Mulher de São Paulo, Jacqueline Valadares; e a médica legista do IML de São Paulo, Eliete Coelho Bastos.

Schirlei Alves

Misoginia na música: não é só uma violência de leve, por Bárbara Aragão e Sueine Souza

Antes de expor ou iniciar qualquer análise sobre os fatos que nos fizeram escrever este artigo, é importante esclarecer sobre o que estamos tratando. Em síntese: misoginia e apologia ao estupro. Mais especificamente, misoginia difundida pelo meio musical e as armadilhas que nos fazem aceitar essa apologia de forma tão passiva.

(Justificando, 19/01/2018 - acesse no site de origem)

O termo misoginia deve ser entendido com o sentimento de repulsa, desprezo e/ou aversão às mulheres. Não tem nada a ver com desejo sexual, mas sim com o sentimento interno de raiva, seja a mulher seu objeto de desejo ou não.

Misoginia, portanto, é aversão às pessoas do gênero feminino. Não se trata de machismo.

É mais grave, não é simples reprodução de costumes que limitam os direitos da mulher. É repulsa, ódio que motiva maus tratos e ridicularização; é o ato de ter prazer com o sofrimento e a humilhação da mulher, seja produzindo-o ou o presenciando.

Essa depreciação das mulheres, muitas vezes disfarçada, foi evidenciada na recente música “surubinha de leve”, que vem ganhando destaque nas mídias sociais, motivando protestos e discussões acaloradas.

Eis um trecho da música:

Hoje vai rolar suruba

Só uma surubinha de leve

Surubinha de leve

Com essas filha da puta [sic]

A última frase revela um claro desprezo àquelas mulheres com as quais vão se relacionar. Não é só machismo. É destilação de ódio, que claramente não resultará em qualquer tipo de relação saudável, seja casual ou não. É uma relação doentia, abusiva, violadora. E o pior: difundida banalmente à massa social, inclusive para adolescentes com personalidade em formação.

É necessário destacar que a música, assim como a propaganda, teatro, filmes, etc são veiculadores de mensagens, ideologias e podem ser manifestações culturais que reforçam uma

cultura de violência contra mulher, já tão naturalizada no seio social. Ainda que diretamente a música não cause violência, ela opera por reforço uma imagem de submissão e inferioridade feminina.

Prova disso é, ainda, a segunda parte da música que acaba por ressaltar a banalização do estupro na cultura brasileira:

*Taca a bebida
Depois taca a pica
E abandona na rua*

Diante disso, nos perguntamos: como isso por ser aceito, como pode ter sido aprovado por uma gravadora, ter pessoas defendendo? Como pode figurar entre as mais ouvidas nas plataformas musicais?

A resposta está na própria manifestação do cantor, em sua rede social, ao defender sua canção, alegando que “apenas fiz a música da realidade que vivo e muitos brasileiros vivem”.

E o que se tem é que a produção cultural está entrelaçada com a sociedade, é um produto e um agente desta. Sendo assim, infelizmente, da mesma forma que o ódio e a intolerância existentes na sociedade influenciam o meio musical, igualmente, a música também acaba reforçando ainda mais essa violência, em um processo de retroalimentação. Reforça-se o preconceito contra a mulher e naturaliza-se ainda mais a cultura de sua desumanização. Ou seja, opera-se por reforçar o ódio.

Claro que a incitação da violência contra a mulher não é uma novidade no meio musical, que permeia até músicas infantis como “Maria Chiquinha” [“então eu vou te cortar a cabeça, Maria Chiquinha/ Então eu vou te cortar a cabeça/ que cocê vai fazer com o resto, Genaro, meu bem?/Que cocê vai fazer com o resto?/O resto? Pode deixar que eu aproveito”], pagode [“Mas se ela vacilar, vou dar um castigo nela/ vou lhe dar uma banda de frente/quebrar cinco dentes e quatro costelas” - Zeca Pagodinho], samba [“Mas que mulher indigesta/merece um tijolo na testa”- Noel Rosa], rock [“No coletivo o que manda é a lei do pau/quem esfrega nos outros/quem não tem só se dá mal - Raimundos] e demais ritmos musicais.

Destaca-se que doses aparentemente inofensiva de violência estão sendo aceitas principalmente sob o argumento de que tais músicas apoiam a liberdade sexual feminina e difundem a cultura de determinados nichos sociais.

Contudo, é preciso separar o joio do trigo: músicas sobre sexualidade feminina são sim libertadoras, conquanto não contenham manifestações misóginas e objetificadoras da mulher. Afinal, rebolar a derrièrre não é ser um. Ser interessada em sexo não é estar disponível ao sexo a todo momento. Ter o corpo formado não é estar preparada para ter relações sexuais.

Logo, qualquer estilo de música, não importa a sua origem, o artista, sua relevância ou popularidade, tem que respeitar a dignidade e o valor da mulher como ser humano.

É óbvio, sabemos.

Mas o óbvio ainda não é praticado.

Então lutemos até que seja. Em conclusão, nos atrevemos a dizer que, se ultrapassarmos essas

pequenas grandes armadilhas do patriarcado, sem dúvida chegaremos ao ponto em que reflexões como esta não sejam mais necessárias.

Bárbara Aragão e Sueine Souza são Procuradoras do Estado de São Paulo.

Para historiadora, cultura da violência protege agressores de mulheres

Naymme Moraes, em entrevista ao JC, defendeu que a ideologia patriarcal criou uma cultura que torna invisível a violência contra a mulher

[\(JC Online, 31/12/2017 - acesse no site de origem\)](#)

O especial “A culpa não é delas”, série de reportagens multimídia produzida pelo Sistema Jornal do Commercio de Comunicação, foi a base do seminário “Cultura da violência contra a mulher”, no último dia 11, na Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ. O dia de debates contou com a participação de jornalistas do sistema, de pesquisadores, de estudantes, de organizações não governamentais e policiais. Uma das palestrantes foi a historiadora e doutoranda em Sociologia pela UFPE, Naymme Moraes, que falou sobre a violência da cultura contra a mulher no Brasil. Para ela, a violência vem da incapacidade de se exercer poder irrestrito sobre a mulher. “A violência é, antes, uma demonstração de fraqueza e impotência masculina, mais do que de força e poder”, diz a professora Naymme, nesta entrevista ao JC.

JC - Como um povo caracterizado como pacífico se sente ao viver num dos países mais violentos do mundo?

Naymme Moraes - É difícil para nós enxergarmos o Brasil como um país violento, apesar das estatísticas nunca terem nos enganado. Mas durante muito tempo gostamos de nos ver como um país pacífico. A construção dessa autoimagem foi perpetuada pela literatura e pela arte, desde os viajantes do século XVII e XVIII, passando pelos os franceses do século XIX, Debret e Rugendas, até uma construção deliberada de identidade nacional estabelecida no Segundo Reinado e logo depois, na República, indo em direção ao Movimento Modernista e a apropriação das figuras do índio, do negro, ou mulato, como nas pinturas de Di Cavalcanti, bem ao gosto do exotismo europeu.

JC- Os mitos se chocam com a realidade atual, ou já foram criados para encobrir a violência fundadora?

Naymme Moraes - Quando analisamos a nossa história, desde o começo, a gente consegue observar que fomos construídos sob a égide da violência. É uma violência de gênero, que pesou sobre nós, mulheres, desde as primeiras índias violentadas pelos colonizadores, as negras trazidas da África ou as sinhás que viviam sob o julgo de seus maridos, senhores de engenho e fazendeiros. Em um determinado momento de nossa história fomos levados a acreditar que somos um povo ordeiro e em progresso (como diz em nossa bandeira). Acreditamos no mito de

que somos o melhor das três raças, índios corajosos, negros estóicos, que aguentaram o sofrimento dignamente e os heróis desbravadores lusitanos. O fato é que hoje os mitos que fundaram essa identidade afundaram-se em estatísticas aterrorizantes de estupros, feminicídios e tantas outras violências de gênero que nos golpeiam a cada dia, a cada vez que lemos jornais, vemos os noticiários ou acessamos as redes sociais.

JC - Toda colonização, via de regra, foi um processo violento. Mas também pode ser romantizada, folclorizada, e dessa forma, suavizada em sua crueldade. É o caso brasileiro?

Naymme Moraes - É importante perceber que a mestiçagem americana desenvolveu-se associada a um forte componente sexual, fertilizado pela condição de uma ocupação eminentemente masculina e a presença de corpos femininos nus das índias e das negras africanas. Em pouco tempo essas figuras foram associadas ao genuinamente nacional no século XIX e XX. Gilberto Freyre fala em Casa Grande & Senzala do ditado popular muito comum: "branca para casar, mulata para foder e negra para trabalhar".

Podemos observar também os quadros de Eckalt, Debret, Rugendas, a fotografia do século XIX, e como um estereótipo específico contribuiu para a imagem da mulher brasileira lá fora, culminando no uso dos nossos corpos pela sociedade de consumo e pela indústria cultural hoje.

JC - De que maneira o estereótipo feminino na cultura era a manifestação do cotidiano daquela época?

Naymme Moraes - A ideologia patriarcal que estruturava as relações sociais no Brasil Colônia dava aos homens poder irrestrito sobre as mulheres, que justificava atos de violência cometidos por pais e maridos. Isso disseminou entre os homens um sentimento de posse sobre o corpo feminino, atrelada à ideia de honra masculina. Cabia aos homens disciplinar e controlar os corpos femininos para garantir a ordem. Por exemplo, o Código Filipino, a legislação do período colonial que permaneceu até o século XIX, permitia que o marido assassinasse a esposa em caso de adultério. Era facultado, a pais e maridos, o enclausuramento forçado das esposas e lhas, e o recolhimento em ordens religiosas e sanatórios. Nascia assim no Brasil o lar como um lugar privilegiado para a prática da violência contra a mulher - e seus filhos. Dados do IPEA em 2014 apontam que 24,1% dos agressores das crianças são os próprios pais ou padrastos, e 32,2% são amigos ou conhecidos da vítima. Já o Código Criminal do Império definia como crime sexual o agravo cometido a "mulheres honestas", um termo que constou no código penal de 1940, em vigor até 2003.

JC- Então se nota a relação entre a brutalidade contra a mulher no ambiente doméstico e fora dele, como violência institucionalizada. Como a opressão foi adiante?

Naymme Moraes - No século XIX o Brasil passa por um processo civilizatório e higienizador, onde as mulheres pobres são duramente atingidas tanto pela violência do Estado e policial quanto pela de seus companheiros. Muitas delas, descendentes de escravos alforriados que migraram para as cidades em crescimento, trabalhavam em casa (como cozinheiras, lavadeiras) e sustentavam as famílias. Eram mulheres que tinham relevância econômica dentro daquele contexto, e foram as mais afetadas pela urbanização das grandes cidades. Em paralelo, no século XIX a medicina social assegurava como características biológicas femininas a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal. Em oposição, o homem conjugava à força

física uma natureza autoritária, empreendedora, racional e uma sexualidade sem freios. Nada muito diferente do que muitos ainda pensam hoje.

JC - Neste ponto, a violência masculina sobre a mulher podia ser tida como “natural”, conferindo ao componente cultural as bases para perpetuação da violência?

Naymme Moraes - Lombroso, médico italiano do século XIX, argumentava que as leis do adultério só deveriam atingir a mulher não predisposta pela natureza para esse tipo de comportamento. Aquelas dotadas de erotismo intenso e forte inteligência seriam despidas do sentimento de maternidade, característica inata da mulher normal. As que não tinham essa característica eram consideradas extremamente perigosas. Constituíram-se assim, criminosas natas, as prostitutas e as loucas, que deveriam ser afastadas do convívio social. A violência seria marcante então nesse processo de contenção e disciplinamento dos desejos. Torna-se bem evidente aqui que a violência surge da incapacidade de exercer poder irrestrito sobre a mulher. A violência é, antes, uma demonstração de fraqueza e impotência masculina, mais do que de força e poder.

JC - Quando isso começa a mudar?

Naymme Moraes - Apenas no século XX, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho e o questionamento do lugar subalterno da mulher, algumas mudanças começam a ocorrer. Um meio interessante de acompanhar as mudanças e permanências da condição feminina é pelo que era veiculado pela imprensa. Um dos primeiros casos que encontramos está em “O Correio de São Paulo”, de 11 de Setembro de 1905, que ficou conhecido como “A Rainha do Baile”. Joana Maria Ramos foi esfaqueada na saída de uma gafeira. A vítima foi descrita como: “uma dengosa mulata, abundante de formas e de seduções, metida vaidosamente em seu vestido vermelho com um farto decote e um ramallete de cravos no bandó engruvinhado.” Existem vários outros casos midiáticos no país: Lindomar Castilho, “O Assassino Romântico” de Eliana de Gramond. Sandra Gomide, em 2000, assassinada por Pimenta Neves. O caso Eloá, menina de 15 anos, assassinada pelo namorado. Eliza Samudio, por Bruno, goleiro do Flamengo. Em Recife, o caso de Mirella Sena.

JC - E onde aparece a cultura da violência contra a mulher. É possível falar desse traço cultural de maneira uniforme?

Naymme Moraes - É importantíssimo enfatizar que existe, não uma hierarquia, mas uma rede de violência desigual no Brasil que atinge mulheres de formas diferentes. A violência contra a mulher como gênero subalterno, que é uma violência por si só, que se justifica por si mesma, varia conforme sua classe social ou cor: a mulher periférica, a mulher negra periférica, a mulher trans, todas elas sofrem violência de forma desigual e são tratadas pela sociedade e pelo Estado de forma desigual. Basta observar as estatísticas. Essa cultura da violência, há poucos anos, também foi chamada de forma mais incisiva de cultura do estupro.

JC - O que é a cultura do estupro?

Naymme Moraes - O termo foi cunhado na década de 1970 por feministas americanas e é utilizado para descrever um ambiente no qual o estupro é predominante, e no qual a violência sexual contra as mulheres é normalizada na mídia e na cultura de massa. Cultura do estupro é quando permitimos a objetificação dos nossos corpos ou glamurizamos a violência sexual (como em filmes ou na pornografia). Nós vivemos em uma sociedade patriarcal que considera que nós, mulheres, somos ou sujeitos de segunda categoria, ou em alguns casos, que não

somos nem sujeitos. A cultura do estupro é a cultura que normaliza a violência sexual. As pessoas não são ensinadas a não estuprar, mas sim ensinadas a não serem estupradas. Cultura do estupro é duvidar da vítima quando ela relata uma violência sexual, é ensinar mulheres a não serem estupradas, é relativizar violência por causa do passado da vítima ou de sua vida sexual, ou do modo como ela se comporta.

JC - Como a relativização da violência se transmite e se difunde, na cultura do estupro?

Naymme Moraes - Essa cultura é visível nas imagens publicitárias que objetificam o corpo da mulher. Nos filmes, novelas e seriados que romantizam a gura masculina, o perseguidor. No momento que acatamos como normal recomendar às meninas e mulheres que não saiam de casa à noite, ou sozinhas, ou que usem roupas recatadas, ou que não bebam. Pense nos comerciais aos quais você assistiu recentemente, em quantos deles as mulheres aparecem como um simples corpo para agradar os homens? Isso mostra o quanto a violência contra a mulher na nossa sociedade é invisibilizada por um pacto de silêncio que acaba que protege agressores, que permanecem impunes, dando continuidade assim às relações abusivas.

JC - Na brecha entre a visibilidade da cultura e a invisibilidade da violência, o que é possível fazer?

Naymme Moraes - É necessário bater sempre na mesma tecla: o problema é estrutural e precisa ser combatido indo na raiz do problema, focando no desenvolvimento de cidadãos conscientes em relação à igualdade de gênero, e nos processos de socialização. É importante entender o papel que os diversos comportamentos tidos como “naturais” entre os homens e os padrões instituídos como “inatos” das mulheres cumprem na reprodução da violência. As normas sociais mudam historicamente, e podem e devem ser questionadas. Nossa sociedade é composta por discursos, movimentos sorrateiros, ameaças simbólicas imperceptíveis que constroem esse edifício degrau por degrau, e é preciso estar atento, forte e combativo. Só existe uma possibilidade de mudança, fazer a pergunta: Quem se beneficia da cultura da violência contra as mulheres? A educação pode formar sujeitos que constroem relações mais igualitárias. Uma educação não sexista, que educa seres humanos e não meninas “princesas”; e meninos “machinhos”, é fundamental para enfrentar o problema da violência de gênero. É imprescindível discutir gênero e sexualidade nas escolas.

Fábio Lucas

9 mulheres dividem histórias de abuso sexual

No Brasil, 4 a cada 10 mulheres SOFRERAM abuso sexual no último ano. Apesar de cotidiana, essa violência ainda é vista como rara e ocasional

(Cosmopolitan, 23/10/2017 - acesse no site de origem)

Você acompanhou e se indignou conosco: nos dias 29 e 31 de agosto, dois homens se masturbaram e ejacularam sobre passageiras em ônibus de São Paulo e Rio de Janeiro. Um deles, Diego Ferreira de Novais, dono de um histórico de sucessivos crimes sexuais, repetiu o ato poucos dias depois e, só então, foi preso. Em casos assim, em que falha e tarda, a Justiça agride a vítima que deveria acolher. Isso precisa mudar, assim como a visão do Brasil sobre o que é violência sexual (no dia em que fechávamos esta edição, mais um homem foi preso em Sorocaba, no interior de São Paulo, por ejacular em uma mulher no transporte público).

Vale começar derrubando mitos. “A mulher tem parte da culpa” é o primeiro deles. “Só ocorre em beco escuro” é outro. Assédios e estupros acontecem todos os dias, em locais públicos e ditos seguros. Uma pesquisa Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e divulgada em março aponta que 40% das mulheres declararam terem sido vítimas de assédio sexual no último ano. Outro estudo, feito pelo Instituto Locomotiva, apurou que 84 milhões de pessoas conhecem uma mulher que foi beijada à força no mesmo período. Os abusos são feitos pelas mãos de chefes, familiares, médicos e outros homens que ignoram a regra mais básica do sexo: o consentimento. Leia a seguir o depoimento de nove mulheres que dividiram suas experiências com a COSMO e, antes de julgar, se coloque no lugar delas.

Consulta traumática

“Ele era o médico das minhas colegas. O consultório ficava ao lado do meu trabalho e as primeiras consultas foram perfeitamente normais. Na terceira, porém, tudo mudou. Ele pediu que eu passasse à maca e, desta vez, não chamou a secretária para acompanhar. Examinou meus seios e, quando fiz menção de vestir o avental para subir na balança, me interrompeu: ‘Não precisa, vem direto’.

‘Você está emagrecendo’, observou. ‘Vire de costas.’ Estava mesmo, tratava um hipotireoidismo, e ele estava a par. Perguntou se eu me exercitava. Respondi que lutava kung fu e o vi sorrir. ‘Com você, então, não posso mexer.’ E emendou: ‘Os meninos lá não te acham gostosa?’

Fiquei bem desconfortável e disse: ‘Me respeitam muito’. Mas ele não parou. Sob pretexto de avaliar a elasticidade da minha pele, passou a mão de leve sobre as nádegas. Comentou as tatuagens das minhas costas e então falou dos meus seios, que haviam mudado de formato pela perda de peso. O avanço foi gradual e sempre com a desculpa de estar me examinando. ‘Estão pequenos, mas enchem uma mão. Dá até vontade de morder. Posso?’

Estava nua e paralisada, de pé sobre a balança. Só atinei a dizer ‘não’. ‘Por quê?’, ele insistiu. ‘Porque você é meu médico.’ Minha voz saiu baixinha, estava realmente chocada. De repente, ele pareceu incomodado e encerrou a consulta. Me vesti, atônita, e saí da sala ignorando a secretária, que me esperava para agendar o retorno.

Passei os primeiros dias em choque. Poderia ter quebrado o dedo dele, sei fazer isso, mas fiquei impotente. Então, senti raiva e vergonha. Por que não reagi? Não falei do episódio para ninguém e ignorei minha saúde por três anos. A ideia de pisar num consultório novamente me travava. Retomei o tratamento que havia começado com ele poucos meses atrás, com uma ginecologista mulher.” Marcela*, 33 anos, psicóloga.

Reações diferentes

“Fui assediada pela primeira vez no transporte público, nove anos atrás, num ônibus que ia no

sentido da movimentada Avenida Rebouças, em São Paulo. Estava de pé, e o agressor, atrás de mim, naquela fileira que se forma no meio do corredor quando o veículo está realmente lotado. Comecei a sentir algo quente encostar no meu corpo, na bunda. Passava, parava, depois passava de novo. Tentei evitar o incômodo indo um pouco mais para a frente — o pouco que podia, afinal o ônibus estava muito cheio. Também tentei me mexer e mudar o ângulo do corpo, mas não adiantou. De novo, algo quente passou pela nádega. Me irritei e virei para trás bruscamente, pronta para resolver a situação, mas não imaginava o que veria. O pênis do homem estava saindo para fora da calça, ereto. Gritei: ‘Que porra é essa?’ Ele não respondeu. Minha colega, que estava ao meu lado, viu a cena e começou a xingá-lo. Ele apertou o botão para descer e passou a nos chamar de loucas, dizendo que não tinha feito nada. Só quando ele saiu e comecei a chorar é que os outros passageiros se solidarizaram e me perguntaram se eu estava bem.

A segunda vez foi quatro meses atrás, num sábado de manhã, enquanto ia para um curso. Estava perto da porta e, mais uma vez, o ônibus estava repleto. Havia algumas pessoas perto de mim, se preparando para descer. Olhava para fora e estava distraída, com fones de ouvido. De repente, senti um calor sobre a virilha. Da rua, meu olhar foi diretamente para baixo e, aí, vi a mão do homem avançando para minha genitália. Desta vez, não tive dúvida, dei um soco nele e comecei a xingá-lo em voz alta. As mulheres que estavam ao redor se uniram para socá-lo. Foi uma grande diferença em relação ao primeiro assédio.” Gabriela Ananias, 31 anos, pedagoga.

Ferida de família

“Tinha 10 anos quando meu padrasto disse que me faria um carinho. Era de dia e estávamos sozinhos em casa. Ele disse que era melhor minha mãe não saber, pois ela não entenderia e ficaria com ciúme. Então ele colocou a mão embaixo da minha roupa, no peito e, depois, no bumbum. Fiquei paralisada, sem saber como agir. Queria que aquilo parasse, mas não sabia como. Só consegui ficar quieta e dura.

Depois, sempre quando minha mãe não estava em casa, ele vinha com o mesmo papo, a mesma mão. Aquilo me deixava confusa, pensando se era carinho ou não. Incomodada, não tinha outra reação a não ser ficar rígida. Quantas vezes isso ocorreu? Não sei dizer. Tampouco consigo me lembrar de como as investidas terminavam. Sei que cresci e passei a tratá-lo como inimigo. Brigávamos muito.

A parte mais difícil é não conseguir falar sobre o abuso com ninguém, nem com psicólogos nem com minha mãe — ela até hoje não sabe. Já me disseram que algo travou na minha memória dessa época. Mas, por mais que tente, as palavras não saem. Minha mãe segue casada com ele e, quando o vejo, sinto uma mistura de sentimentos fortes, como uma invasão. Odeio cumprimentá-lo com contato físico. Queria que ele desaparecesse, mas não consigo falar nada.” Clara*, 30 anos, estilista.

Abuso de chefia

“Vivi três anos de assédio constante do meu chefe direto. A empresa onde eu trabalhava, uma grande farmacêutica, me demitiu assim que soube da situação. Foi um preço alto a pagar por um problema que tentei contornar sozinha, me esquivando.

Era propagandista médica e meu trabalho incluía visitas a clientes, almoços e eventos. Esse chefe passou a usar o tempo fora do escritório para colar em mim. Disse que estava apaixonado. Neguei qualquer interesse, mas ele nunca parou. Toda vez que entrava no meu carro, tentava me beijar. Quando viajávamos a negócios, ia até a porta do meu quarto e pedia para entrar. Mexia no meu cabelo durante o trabalho e, quando comíamos juntos, insistia em me dar comida na boca. Era nojento.

Ele dizia que deixaria a mulher por mim, eu respondia que não queria nada daquilo. Foram três anos de avanços sistemáticos que constrangeram toda a nossa equipe. Um dia, uma colega decidiu dar um basta e relatou a situação à diretoria. O chefe foi demitido e, pouco depois, eu e ela também. De repente, vi que teria apenas a nossa palavra para buscar justiça e desisti de processá-los. Hoje, penso que deveria ter filmado tudo e botado a boca no trombone logo de cara.” Cristiane Katrip, 47 anos, administradora.

Assédio no ônibus

“Vestia calça jeans e a camiseta do uniforme. Tinha 16 anos e subi no ônibus de volta da escola no terminal da Lapa, em São Paulo. Sentei no banco do corredor. De repente, percebi que o rapaz loiro que me olhava desde a fila entrou no mesmo veículo e parou de pé exatamente ao meu lado. Assim que o ônibus andou, ele jogou a jaqueta por cima do braço, para disfarçar, e começou a alisar meu ombro. Fiquei em choque. Fui me inclinando na direção oposta, quase caindo sobre a pessoa à minha direita. Sem falar nada, me mexi até que ele tirou a mão de cima de mim. Foi sentar em um banco vago.

Decidi que não desceria no ponto da minha casa. Estava num misto de medo e confusão. Era muito nova e nunca tinha passado por nada parecido. Desembarquei alguns quarteirões antes e, para meu desespero, ele desceu logo atrás. Me abordou dizendo: ‘Oi, qual o seu nome? Você é muito bonita’. Respondi, mas logo avisei que não falava com estranhos. Ele veio andando e insistindo, dizendo que queria falar comigo. Sem saber mais como agir, fui até minha escola de inglês e menti que ia para a aula. Ele me seguiu até lá dentro. Eu já não sabia mais o que fazer, e acabei dizendo que tinha namorado e que precisava entrar na aula. Finalmente, ele foi embora e fiquei esperando o tempo passar. Foi aí que pensei: deveria ter gritado, estapeado o sujeito, ignorado suas perguntas. Na hora, não pude fazer nada disso.” Renata de Mello, 28 anos, fiscal municipal.

Agência cúmplice

“Vivia um momento ótimo na carreira em maio de 2016. Havia acabado de voltar a João Pessoa, minha cidade natal, e coordenava, pela primeira vez, a conta de um cliente numa agência de publicidade, que era famosa pelas festas intensas. Numa delas, o diretor de criação me puxou para dentro do banheiro, trancou a porta e anunciou: ‘Vou te comer’. Respondi que não, assustada. Ele insistiu no sim; eu, no não. Ficou bravo, abriu a porta e me empurrou para fora. Esperava uma carona desse sujeito para a casa de amigos, onde a festa continuaria, e já passava da 1 da manhã quando finalmente saímos.

Faltando três quarteirões, ele estacionou e veio para cima de mim. ‘Vou te comer agora.’ Começou a me segurar e rasgou minha calcinha (eu estava de saia). Continuei dizendo que não e tentei me desvencilhar. Era meu colega e, por isso, argumentei como pude. Disse que ficava com o amigo dele, o que era verdade, e que o rapaz nos esperava. Mesmo assim, ele me penetrou.

Você nunca acha que uma coisa dessas vai acontecer com você. Não soube como reagir. Cheguei à tal casa abraçada às minhas sacolas e, assim que entrei, desabei a chorar. Na segunda-feira, antes de sair para a agência, senti o corpo tremer e tive outra crise de choro. Tentei me recompor no trabalho, mas, quanto mais tentava me segurar, pior era. Vomitei muito nas semanas seguintes. Pedi ajuda a uma amiga, que me disse: 'Você foi estuprada'. Foi quando a ficha caiu. Por isso me sentia tão mal e tinha parado de produzir. Falei com o diretor da agência e fui sabatinada pela diretoria completa.

O estuprador foi afastado, mas voltou três meses depois, sem que ninguém me avisasse ou desse qualquer explicação. Voltaram minhas crises de pânico, dessa vez mais fortes. O via todos os dias e não conseguia respirar nem raciocinar. Pedi demissão e falei o motivo. Ouvi do diretor: 'Não posso fazer nada'." Joana*, 25 anos, redatora publicitária.

Na rua movimentada

"Foi o comentário machista de um tio que me fez quebrar quatro anos de silêncio. 'Tem algumas que pedem', disse, e eu explodi. Falei o que tinha ocorrido em 2011, enquanto andava numa rua movimentada de Santo André, na Grande São Paulo, de moletom e camiseta, rumo ao jornal onde fazia meu primeiro estágio. Senti duas mãos me pegando pela cintura e, por um segundo, achei que fosse um amigo. O homem anunciou um assalto, disse que estava armado e me abraçou. Eu só tinha 10 reais, ele seguiu andando agarrado em mim.

De repente, o cara me empurrou para o barranco que separava a calçada da avenida abaixo. Tentei fugir, ele me puxou e caí. Ele dizia: 'Se gritar, vai morrer'. Foi rápido, algo entre cinco e dez minutos, mas para mim pareceu uma eternidade. Tentava me desvencilhar e ele segurava meus braços, travando meu corpo com o dele, por cima. O mato denso do lugar nos fez desaparecer da vista dos transeuntes.

Num dos movimentos, consegui liberar a mão, tateei seu tronco e confirmei que não estava armado. Gritei. Ele só disse: 'Não era para gritar' e saiu correndo. Estava com as calças abaixadas e havia puxado as minhas até o joelho. A polícia pegou meu telefone e nunca me ligou. Fiquei com uma luxação no braço e um trauma para a vida." Daniela, 28 anos, jornalista.

Droga na balada

"Foi no Carnaval deste ano, no galpão da escola de samba Rosas de Ouro, em São Paulo. O ingresso custou caro, havia segurança e controle de pulseira na porta. Lá, nesse lugar onde me senti segura, conheci um cara bonito, com cabelo escuro e barba. Lembro que era branco, que falava com sotaque gaúcho e que nos beijamos. E só. Depois disso, a noite é um grande branco na minha memória.

Acordei numa casa desconhecida. Segundo o agressor, gritei e chorei tanto que ele desceu à sala e chamou minha prima, que havia ficado com o amigo dele. Ele ainda disse a ela que eu era louca e retardada. Minha prima me encontrou desacordada e começou a me vestir. Minhas lembranças começam aí: despertei, vomitei e quis ir embora.

Chegando em casa, vi os roxos nas minhas pernas, principalmente nos joelhos. E senti a genitália doer. No banho, a vulva ardia, o ânus doía demais. Entendi o que havia ocorrido e fiquei sozinha no quarto, decidida a poupar minha mãe dessa história. Conteí o episódio a uma amiga e ela me sugeriu ir ao Hospital Pérola Byington, referência na acolhida de vítimas de violência sexual.

Me deram contraceptivo de emergência, vacinas e o coquetel anti-HIV. Os remédios me acompanharam ao longo de um mês e acabaram com meu organismo. Senti vertigem e dor de estômago, fiquei pálida e faltei no trabalho algumas vezes. Tudo isso enquanto cuidava dos meus machucados e absorvia o que tinha vivido.

Cresci numa família que tratou primos e primas de forma igual e não conhecia o machismo assim. Hoje, vejo que a dor física passou, mas a vontade de vingança não. Sinto muita raiva ainda. Quebrei o celular do namorado de uma amiga porque ele falou uma besteira machista. E perdi minha autonomia. Tenho 23 anos e não consigo sair sozinha de casa à noite.” Paula*, 23 anos, estudante de administração.

Marido da amiga

“Coordenava uma equipe de e-commerce numa empresa familiar e tinha 27 anos quando fiquei bem amiga de uma nova funcionária. Combinamos de ir ao Opinião, um bar conhecido de Porto Alegre, e topei quando ela me ofereceu uma cama na sua casa. Morava longe e o favor vinha bem. Bebemos e, depois da festa, me lembro de ter deitado de calcinha e sutiã no quarto que me cederam. De manhã, pedaços do que parecia um sonho apareceram na memória: o sutiã se arrebatando; alguém me pegando por trás e dando três golpes bruscos; a visão de um vulto sob a porta. Saímos juntas para trabalhar.

No fim de semana, visitava minha mãe no interior quando recebi uma mensagem da amiga. Ela ‘sabia’ do ocorrido. Me acusou de transar com o marido e, aí, os flashes de lembrança voltaram com força. Telefonei alarmada: ‘Ele me estuprou’. Ela se apressou em desligar e, em seguida, alegou que eu havia inventado a história por ciúme.

Fiquei chocada. O policial da delegacia me orientou a fazer a denúncia na capital. Peguei o primeiro ônibus e fui direto a uma delegacia da mulher. ‘Se fosse um estupro mesmo, ela teria deletado essa foto com o marido’, disse a delegada enquanto via o perfil de Facebook do casal. Registrei o B.O. e fui ao Hospital de Clínicas chorando.

Lá, depois de ler a ocorrência, a médica avisou que não tinham os remédios para vítimas de estupro. Fui a outro hospital e consegui ser atendida, não sem antes ouvir da enfermeira que talvez eu pensasse melhor antes de beber de novo. Passei um mês de horror com os efeitos do coquetel antirretroviral e precisei de tempo e informação para entender quantas irregularidades a polícia e os hospitais cometeram. Essa segunda violência, do Estado, ainda me choca.” Lorena*, 31 anos, funcionária pública.

* os nomes foram trocados a pedido das entrevistadas.

Cultura ou Estupro? Uma em cada três mulheres sofre violência no Brasil

[\(Datafolha\), por Viviane Vaz](#)

Afinal a violência contra a mulher é uma questão de 'cultura' ou um ato criminoso? Conceituar apenas como cultura absolve o agressor? O que as vítimas sentem? O termo "cultura do estupro" vem sendo usado com mais frequência pelos movimentos feministas, e este artigo aborda a origem desse termo, bem como as consequências que um ato de violência gera na vítima, elencando atitudes que demonstram uma cultura baseada na desigualdade de gênero, e ainda sugere para o leitor uma série de atitudes que podemos ter para combater esse tipo de cultura.

[\(Capital News, 20/10/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Representada por uma crença que livra o autor do estupro e transforma a vítima em réu de questionamentos sobre seu comportamento, o termo "cultura do estupro" foi definido no início dos anos 70 nos Estados Unidos. Segundo o site da Marshall University Women's Center, é caracterizado por um ambiente em que prevalece a violação, onde a violência sexual é normalizada e desculpada na mídia e na cultura popular. Através do uso da linguagem misógina (discurso de ódio, desprezo ou aversão à mulher), da coisificação da figura feminina, do glamour da violência sexual, e de uma sociedade que cultua o fetiche da satisfação sexual a ponto de ignorar os direitos e a segurança das mulheres. A maioria das mulheres e meninas limitam seu comportamento por causa da violação, com medo da violência. Homens, em geral, não. Assim caminha a dinâmica da violação, a cultura do estupro se apresenta como um meio imposto, pelo qual toda a população feminina é mantida em uma posição subordinada à população masculina, embora muitos homens não estuprem e muitas mulheres nunca sejam vítimas. No contexto, vale incluir o triste fato de que meninas entre 7 e 12 anos sejam as maiores vítimas dessa cultura, com traumas imensuráveis e amplas consequências para a existência. As possíveis consequências para as vítimas da violência sexual são: Sequelas físicas (marcas, dores, DST), Dificuldades de ligação afetiva, Dependência química, Auto-estima fragilizada, Auto-imagem distorcida, Intenção de suicídio, Condutas agressivas, Doenças psiquiátricas, Insônia ou sono perturbado e Sentimento de culpa, medo, raiva, vergonha.

O silêncio e a sentença social das vítimas como culpadas são alguns dos trágicos desdobramentos deste ciclo de medo, cujo legado: é uma cultura de violação estabelecida. *"A droga é algo que tem mais valor que uma mulher. A droga você cuida, se cai um restinho você vai lá e pega. A mulher não, é um lixo, um trapo rasgado, totalmente sem valor, como se não tivesse sentimento, totalmente impotente. Resumindo: é a coisa mais desprezível."* (relato de uma sobrevivente de violência sexual)

Em maio de 2016, um crime grave choca o país. Na cidade do Rio de Janeiro, uma menina de 16 anos sobrevive a um estupro coletivo. A repercussão é grande, com o fato da crueldade dos autores da violência filmarem as partes íntimas da vítima e fazerem sátiras acerca da menina - que, segundo as investigações, foi violentada por 33 homens armados. Polêmicas foram alimentadas por conta de a moça apresentar traços de uma vida promíscua, visual provocante, uso de entorpecentes e, sobretudo, por não ter sido a autora da denúncia. Pré-julgamentos a respeito da situação multiplicaram-se, como se o crime não fosse de responsabilidade dos acusados. *"Foi horrível [prestar depoimentos], porque eles me culparam por uma coisa que eu não fiz. Ficaram perguntando por que eu estava lá, se eu tinha envolvimento, se já tinha feito sexo grupal. O delegado estava querendo me botar como culpada de todas as formas. Aí, eu*

parei de responder às perguntas, porque eu não era obrigada”, disse ela, em entrevista ao programa “Domingo Espetacular”, da Record. A adolescente foi acolhida em um programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte. Ela e a família deixaram a casa onde viviam na zona oeste da capital fluminense.

A história da Paula (nome fictício) relata quão dolorida é a trajetória de quem sofreu por tantos anos com estupro que foram silenciados. “Primeiramente eu acho que a opinião das pessoas por nós não vai mudar. Porque a sociedade vê assim: primeiro vem o ladrão, em segundo lugar o assassino e depois a prostituta, infelizmente. Eu nasci num lar no começo até legal, daí meu pai começou a se envolver com espiritismo e ficou ainda mais agressivo, começou a estupro eu e minha irmã mais velha. Depois caí na mão de um pedófilo mais velho e aos 14 anos casei com ele. Antes eu tava acostumada a ser tratada a pontapés, surras e estupro, mas ele me dava presente, eu era tratada como uma princesa. Vivi bastante tempo com ele, mas ele usava e abusava de mim e só fui perceber isso depois que me tornei uma mulher. Fui procurar emprego, mas não consegui porque tenho só até a terceira série. Foi quando comecei a me prostituir, de lá até então eu já passei treze anos trabalhando como prostituta. Essa vida é tão obscura que hoje eu tenho depressão, bipolaridade, um monte de problema aí. Perante a sociedade eu comecei a me excluir e preferi me tornar invisível, porque não quero me tornar parte desse mundo podre que a gente vive. O homem pra mim é uma figura horrível. E a forma que eu vejo o sexo? Tem a visão que aprendi na igreja que o sexo é pra ser bonito, prazeroso e cúmplice um do outro, mas eu acho que é o mal do século. Tá levando a perder conceitos, princípios, família. E mesmo eu tendo levado uma vida toda promíscua, de fazer sete programas numa noite eu ainda acho um absurdo você ver na esquina uma guriuzinha de treze anos com a bunda pra cima, rebolando, dançando aqueles funk, um absurdo.”

Segundo o Datafolha (2016) 20,4 bilhões de mulheres sofreram assédio com palavras, 5,2 milhões sofreram assédio com toque físico em locais públicos, 2,2 milhões sofreram assédio sexual, 52% das mulheres se calam diante das violências sofridas, 11% fazem a denúncia, 13% falam para a família. O Brasil é o 5º no ranking mundial em homicídios de mulheres: 4,8 em cada 100 mil mulheres. (OMS)

As leis brasileiras afirmam que: *“Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos com ou sem consentimento”* é considerado Estupro de vulnerável. E que o crime de violência sexual contra maiores de 18 anos pode ocorrer por ‘contatos físicos (carícias não desejadas, penetração oral, anal ou vaginal com pênis ou objetos), masturbação forçada, dentre outros; e sem contato físico como: exposição obrigatória de material pornográfico, exibicionismo, uso de linguagem erotizada em situação inadequada’.

São exemplos de atitudes identificadas na cultura do estupro:

- A culpa é da vítima - “ela pediu isso!”;
- Banalização da prática sexual;
- Humor sem escrúpulos;
- Tolerância ao assédio sexual;
- Preconceito contra uma vítima e suas atitudes;
- A indústria cultural que lucra, utilizando-se da violência gratuita, de banalizações da sexualidade e de imagens femininas em músicas, publicidade, teledramaturgia e afins;
- Afirmção da masculinidade como dominante e sexualmente predadora;
- Feminilidade como submissa e sexualmente passiva de consumo;
- Estímulo para que os homens sejam agressivos;

- Erotização precoce de meninas para que sejam sensuais;
- Mito de que meninas pedem para ser violadas;
- Princípio equivocado de que o pai tem pleno direito sobre o corpo de seus filhos;
- Duvidar do relato de uma vítima, especialmente quando é muito jovem, tardando a denúncia;
- Ensinar as mulheres a evitarem o estupro, ao invés de ensinar os homens a não as violarem;
- A menção de que apenas mulheres promíscuas são estupradas;
- Crença de que homens não são estuprados ou que apenas os fracos sejam;
- Justificar uma violação como iniciação sexual.
- Abandone estereótipos que possam moldar suas ações e definir sua masculinidade ou feminilidade;
- Envolve-se! Influencie e colabore para o fim da violência contra as mulheres e seja um agente da paz e respeito ao ser humano.

Segundo o Datafolha (2016) cerca de 1,4 milhão de brasileiras foram espancadas no ano de 2016 e 1% delas levou, no mínimo, um tiro. Para mudar esse quadro, sugerimos 10 atitudes para combater a cultura do estupro:

1. Evite o uso de falas que denigram a mulher;
2. Nunca atribua culpa à vítima;
3. Posicione-se diante de uma piada ofensiva ou de uma violação trivial;
4. Diante de um relato de violência, seja solidário;
5. Pense criticamente nas mensagens da mídia sobre mulheres, homens, relacionamentos e violência;
6. Seja respeitoso com o espaço físico dos outros, mesmo em situações casuais;
7. Estabeleça uma comunicação saudável com parceiros sexuais baseada em respeito mútuo e consentimento plenos;
8. Respeite o tempo que cada um leva para definir o momento e a forma de sua iniciação sexual;
9. Proteja os direitos dos menores de 14 anos diante de qualquer ato libidinoso, visto que é considerado estupro de vulnerável;
10. Se você tem filhos, ensine-os a respeitar seu próprio corpo e o corpo do outro.

As organizações internacionais de direitos humanos, acreditam que é possível erradicar a violência através de atitudes conscientes, por isso, é necessário difundir esse tipo de informação nas várias formas de mídia. Ainda é importante ressaltar também as formas de proteção e denúncia de qualquer violência, seja ela verbal, moral, psicológica, física ou sexual, através do Disque 180 (Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência), do Disque 100 (Disque Direitos Humanos - visa atender especialmente as populações consideradas de alta vulnerabilidade, como crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, LGBT, pessoas em situação de rua, quilombolas, ciganos, índios e pessoas em privação de liberdade). E também através do aplicativo "Proteja Brasil" - é possível fazer denúncias direto pelo aplicativo, localizar os órgãos de proteção nas principais capitais e ainda se informar sobre as diferentes violações.

**Viviane Vaz
Psicanalista, Missiologa, Escritora, graduanda em filosofia,
autora do Livro "Infância Amputada"
Coordenadora do Projeto NOVA*

#EuTambém surge da impunidade e da cultura do silêncio em relação à violência sexual, diz ONU

A indiferença em relação à violência sexual é inaceitável, disse na quinta-feira (19) a chefe global da ONU Mulheres, cujo mandato é promover a igualdade de gênero no mundo. Ela pediu que mulheres e homens [levantem suas vozes contra atos de agressão sexual](#).

(ONU Brasil, 20/10/2017 - acesse no site de origem)

Em um artigo de opinião, Phumzile Mlambo-Ngcuka, subsecretária-geral da ONU e diretora-executiva da ONU Mulheres, lembrou a "dor e a raiva" de milhões de mulheres que postaram nas redes sociais mensagens com a hashtag #MeToo (#EuTambém) nas últimas semanas.

"O que estamos vendo atualmente, enquanto as mulheres constroem e reforçam os relatos umas das outras, e enquanto os homens se unem para ter consciência de seu papel, é uma validação da capacidade de ter voz", disse Mlambo-Ngcuka em artigo publicado no site da ONU Mulheres.

Ela acrescentou que "estamos vendo também a força do número de experiências individuais acumuladas que são caracteristicamente não declaradas".

A hashtag #MeToo começou com Tarana Burke, uma líder comunitária negra de Nova Iorque, e se disseminou quando a atriz Alyssa Milano replicando a mensagem, com pessoas no mundo todo escrevendo #MeToo para relatar o fato de terem sido vítimas de violência sexual.

O movimento massivo mostra "o quanto há de errado quando as pessoas podem agir impunemente em uma cultura de silêncio", segundo a chefe da ONU Mulheres. Ela pediu que os homens levantem suas vozes e não sejam espectadores silenciosos de abusos.



Phumzile Mlambo-Ngcuka é subsecretária geral da ONU e diretora executiva da ONU Mulheres. (Foto: ONU)

Eleonora Menicucci: ‘Minha condenação é a legitimação da cultura do estupro’

Em maio, ex-ministra de Políticas para Mulheres foi condenada por criticar fala do ator Alexandre Frota, por “apologia ao estupro”

(Rede Brasil Atual, 19/10/2017 - acesse no site de origem)

“A minha condenação legítima a cultura do estupro”. É dessa forma que a ex-ministra de Políticas para Mulheres no governo Dilma Rousseff, Eleonora Menicucci, define seu processo contra Alexandre Frota, que terá o recurso julgado na próxima semana. [Em maio, ela foi condenada](#) por repudiar o convite do ministro da Educação, Mendonça Filho, por ter recebido Frota no seu gabinete em maio do ano passado.

A [indignação de Eleonora](#) na visita de Frota ao ministério se deu pelo fato do ex-ator pornô dizer que fez sexo com uma mãe de santo desacordada. Na ocasião, ela disse que Alexandre Frota “não só assumiu ter estuprado uma mulher, mas também faz apologia ao estupro”. Ela foi condenada a pagar R\$ 10 mil por indenização moral.

“A minha condenação não é só minha, é de todas as mulheres brasileiras e de [todo o governo Lula e Dilma](#), que implementou as mais ousadas e avançadas políticas de combate à violência contra as mulheres”, afirma a ex-ministra, em entrevista ao *Seu Jornal*, da TVT. “É um absurdo que uma pessoa que fez apologia ao estupro fosse ao ministro da Educação sugerir políticas para a nossa juventude”, contesta.

Ela conta que na audiência de conciliação foi tentado um acordo, no qual ela teria que se desculpar publicamente, mas não aceitou. “Ele que deveria pedir desculpas às mulheres e mães de santo”, afirma.

A defesa de Frota diz que a afirmação foi uma “piada”. “O estupro é um crime hediondo, então jamais será brincadeira. É uma apologia ao estupro, porque com o estupro não se brinca”, questiona Eleonora.

A ex-presidenta Dilma Rousseff [publicou um vídeo](#), nesta quarta-feira (18), prestando apoio à sua ex-ministra. “Ao longo de sua vida, ela lutou pelo direito das mulheres. Agora, ela é condenada por manifestar repúdio às manifestações misóginas”, lamenta Dilma. “Quem declara ter estuprado, fica impune, e a defensora das mulheres contra a violência, sofre condenação”, conclui.

Assista à entrevista: